

Resenha

Mulheres quilombolas: enfrentamento político territorial

Fabio Junior da Luz Barros¹

DEALDINA, Selma dos Santos (Org). **Mulheres quilombolas**: território de existências negras femininas. São Paulo: Jandaíra, 2020, 168 p.

O livro intitulado: Mulheres quilombolas: território de existências negras femininas foi publicado em 2020 e escrito por 12 mulheres quilombolas de diversas áreas do conhecimento formal e informal. A obra é dividida em três blocos de discussões: o primeiro contém seis artigos que demonstram como as mulheres estão envolvidas na defesa do território, mesmo passando por certos empecilhos, por exemplo: a violência doméstica; o segundo, com três escritos, mostra a relação entre direito quilombola e identidade; e, por último, o terceiro, mediante a quatro pesquisas, as quais evidenciam algumas lutas das mulheres quilombolas e o enfrentamento da violência doméstica.

O livro é aberto com dois poemas, nestes poemas, escritos por Ana Cleide da Cruz Vasconcelos, a quilombola, coloca em pauta, as histórias, as lutas e conquistas das mulheres e do povo negro amazonense durante séculos de luta. Tais fatos, no poema, são demonstrados na forma cronológica: primeiro as lutas e, em seguida as conquistas dos povos citados acima.

Em seguida, com o artigo: Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política, Selma dos Santos Dealdina afirma que, secularmente, as políticas do Estado brasileiro são usadas contra os direitos dos territórios quilombolas. Diante destes fatos, os movimentos sociais e quilombolas apoiados por mulheres se tornam, segundo a autora, pautas importantíssimas para o debate e, sobretudo, para a certificação e a titulação dos quilombos no Brasil.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós - Graduação Estado e Sociedade – PPGES da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), mestre pelo mesmo programa; Especialista em Ensino Fundamental II e Ensino Médio; Bacharel em Geografia pela UESC, Licenciado em Geografia pela UNOPAR. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9766-4879>
Email: fabiodebarros02@hotmail.com

Adiante, a autora explana sobre a história de criação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - CONAQ e a sua importância para unificação quilombola nacional. Dealdina deixa claro, que as mulheres corroboraram e tiveram papéis importantes na criação desta coordenação, portanto, têm e exercem papéis significativos para uma sociedade livre e sem preconceito, sobretudo, nas comunidades quilombolas.

Seguindo a cronologia dos artigos no livro, o Coletivo das Mulheres da CONAQ publicou um texto intitulado: Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela. O coletivo examina a importância dos papéis das mulheres quilombolas em estabelecer diálogos contra as violências nos quilombos do Brasil, principalmente, neste momento de violência e preconceito crescente na sociedade brasileira. Por este viés, são apontados quatro problemas sociais que as mulheres negras e quilombolas enfrentam: 1) o feminicídio; 2) a sobrecarga de trabalho; 3) a retirada de direitos sexuais e reprodutivos, e 4) o aumento da informalidade do trabalho. O artigo defende que todas essas violências, principalmente, contra as quilombolas, afetam drasticamente a coletividade e as suas lutas. Por fim, são apontadas cinco medidas governamentais que dizem respeito à violência, em todas as suas formas, contra as quilombolas.

A seguir, Givânia Maria da Silva, com o artigo: Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina, coloca em pauta uma provocação sobre a teoria do feminismo negro e o lugar de fala das mulheres quilombolas. A ideia, deste artigo, é achar formas de dar a devida relevância ao debate sobre estas mulheres. Silva elenca uma série de pontos de subjugação da mulher negra em relação à branca, por exemplo, o baixo salário, etc., além disso, segundo Silva, o sofrimento das mulheres negras é ainda maior devido à sociedade racista e patriarcal em que vivemos.

No desenvolvimento do texto, a autora alega que a mulher quilombola é historicamente importante, sobretudo, “para a manutenção da luta” e do território, porque ela “serve como acervo da memória coletiva”, ou seja, guardiã da religião, da ciência e da tradição. No entanto, as mulheres quilombolas, aponta Silva, continuam “ignoradas perante os debates teóricos incluindo as teorias feminista”, e “invisibilizadas pelo total desconhecimento de suas especificidades”, porque não há um “fio condutor” para conectar a teoria ao universo delas. Por fim, ela faz uma crítica ao feminismo negro que tenta definir todas as mulheres negras mediante uma única perspectiva, excluindo as diferentes lutas, os pertencimentos e as regiões diversas.

Em outro artigo, cujo título é: “Saindo do quarto escuro”: violência doméstica e a luta, resistência e insurgência negra feminina, a autora quilombola, Maria Aparecida Mendes, aborda a própria comunidade, a qual está inserida no semiárido pernambucano.

Mendes inicia o escrito demonstrando a relação que as mulheres têm com a terra e com a comunidade, e que estas cidadãs são essenciais para a manutenção do território quilombola; haja vista, que estão ligadas por uma coletividade, são ativas nas lutas comunitárias, além de guardarem as memórias ancestrais. No entanto, a autora alfineta o movimento feminista negro urbano que tenta excluir a episteme das quilombolas e, isso, como explica Mendes, configura-se de forma idêntica aos problemas históricos que as feministas negras urbanas enfrentaram/enfrentam por parte do feminismo branco.

Outro ponto importantíssimo que a autora apresenta, diz respeito ao pensamento romantizado que a sociedade brasileira tem dos quilombos, ou seja, pensam que não existem problemas internos. Porém, diz a pesquisadora: “existem”! Um deles corresponde à violência doméstica. Para contextualizar, Mendes evidencia as histórias de duas lideranças quilombolas que sofreram tal violência e, por conseguinte, ela critica a lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), afirmando que o dispositivo legal está sendo conduzido, em parte, por pessoas incapacitadas. O temor da autora, é que a citada lei, vire somente palavras sem a objetividade para a qual foi criada.

A autora defende que, para chegarmos a uma sociedade livre do machismo, são necessários acatar dois pontos: 1º) as mulheres precisam criar uma ação de coletividade e apoio; 2º) é necessário o empreendimento de toda sociedade civil com a ajuda do Estado para combater e pôr fim à violência doméstica.

O segundo bloco, que trata de direito e identidade quilombola, inicia-se com a autora Vercilene Francisco Dias, com o artigo: Eu Kalunga: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola. Dias chama atenção para a falsidade étnica quilombola que está ocorrendo no território dos Kalungas².

Para a autora, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, deixou várias lacunas jurídicas, não exemplificando de forma clara, quem de fato é um/uma quilombola. Porém, o Decreto 4.887/2003 deixou a cargo das comunidades se auto identificarem com base no modo de viver, de ser e, principalmente, de pertencimento ao território. Seguindo estes critérios, para ser quilombola no território do Kalunga é preciso, segundo a autora, passar por quatro etapas, as quais são: “a Autodeclaração Kalunga; a comprovação genealógica; as assinaturas de três líderes, e a apresentação de documentos ao presidente da associação, sob penas administrativa e civil, caso as declarações sejam falsas”.

² Etnia que ocupa o sertão de Goiás, próximo à Chapada dos Veadeiros. São três comunidades nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás.

Dias conclui esclarecendo que estes processos estão baseados no parágrafo 1º do art. 2 do Decreto 4.887/2003. Diante disso, os Kalungas possuem direitos de portarem os seus próprios métodos para manterem a sua identidade.

Em seguida, as autoras Amária Campos de Souza, Debora Gomes Lima e Maria Aparecida Ribeiro Souza assinam o artigo: Da comunidade à universidade: trajetória de luta e resistência de mulheres quilombolas universitárias no Tocantins. As autoras iniciam destacando a extrema importância das mulheres quilombolas ocuparem espaços acadêmicos para que as universidades tenham, de fato, utilidade social. Deste modo, é imperativa a conexão entre estas mulheres em meios governamentais para, assim, desencadear uma rede de lutas e de saberes.

As autoras deixam claro que, mesmo as mulheres quilombolas estando em todas as frentes, elas sempre são invisibilizadas, seja nos quilombos ou nas universidades; onde estiverem. As autoras evidenciam que ao lutarem pelos seus direitos, mesmo assim, são alvos do machismo institucional, são desacreditadas, principalmente no meio público/político.

No artigo seguinte: trajetória acadêmica, raça e identidade quilombola: um breve relato bibliográfico, a autora Gessiane Nazário se baseia nas memórias ancestrais e na biografia da autora e mulher quilombola da Rasa - RJ. Nazário faz um movimento em traçar a relação entre escravidão/expropriação e racismo institucional que serviram e servem para excluir, especialmente, os quilombolas das universidades e dos meios de decisão. Nazário salienta que o acesso às memórias étnicas e a inserção das mulheres negras intelectuais nos movimentos a levou a ter uma nova percepção sobre ser quilombola.

No terceiro bloco, as autoras trabalham com as lutas enfrentadas pelas mulheres quilombolas e a violência doméstica. Esta parte, inicia-se com o artigo de Sandra Maria da Silva Andrade e Ana Carolina Araújo Fernandes, intitulado: Eu sempre fui atrevida: alguns movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola.

Neste artigo, as autoras falam que mulheres sempre estiveram à frente de todos os movimentos dentro do quilombo e, prosseguem dizendo não haver paridade na relação de gênero nas representatividades sociais/institucionais no Brasil, uma consequência do machismo e do preconceito que atravessam a sociedade em todas as suas instâncias, do setor público ao privado, se alastrando aos movimentos sociais quilombolas. A crítica, é que na concepção delas, estes movimentos eram para ter uma política oposta à da sociedade, tendo como pauta principal, a luta pela paridade de gênero.

As autoras utilizam o conceito de interseccionalidade criado por Kimberlé Crenshaw (1991)³, para mostrar que as mulheres sofrem inúmeras formas de violência e discriminação e poucas providências são tomadas para acabar com essa situação, haja vista que, até os movimentos quilombolas praticam essas ações, excluindo-as dos postos de lideranças de ordem pública.

Na sequência, a autora quilombola Valéria Pôrto dos Santos escreve sobre a sua própria comunidade no artigo: Quilombo de Pau D'arco e Parateca: quando as vozes negras se (re) envolvem na construção de caminhos para a participação coletiva. A autora discute, o que na concepção dela, são problemas concretos, exemplo: aumentar na comunidade o emprego e a renda das quilombolas, via projetos sociais realizados de forma coletiva via as mulheres, centrado, principalmente, na agroecologia.

Santos salienta que é necessário existir uma paridade de gênero no campo, citando que houve avanços. Todavia, a partir de 2016, com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, os projetos sociais voltados para igualar os gêneros faliram. Deste modo, a autora supõe que houve um grande retrocesso nas antigas políticas contra a exclusão e a não paridade de gênero com relação às mulheres do campo, especialmente, as quilombolas.

A autora Carlídia Pereira de Almeida segue com o artigo: sementes crioulas, da ancestralidade para a atualidade: o protagonismo dos saberes tradicionais do povo quilombola de Lagoa do Peixe. A autora diz que é necessário conhecer a importância e o pertencimento das sementes crioulas como parte do conhecimento tradicionais e do patrimônio cultural dos quilombolas. Almeida ressalta que é importante manter esse conhecimento e prática, porque garante a autonomia alimentar e a biodiversidade e, além disso, assegura o território deste povo.

A última parte do livro intitulados: mulheres quilombolas em primeira pessoa. É constituído por cinco poemas escritos por cinco mulheres quilombolas. O primeiro deles é: Mulher quilombola em poema, de Dalila Reis Martins. A autora narra como a mulher quilombola resistiu e resiste a todas as lutas que tem passado e ainda passa. Também, descreve uma mulher quilombola cheia de vida, de força e determinada para conseguir tudo o que almeja e, sobretudo, “nunca mais ser escravizada”.

Na continuidade, Mônica Moraes Borges, lança luz sobre o poema: O que é ser uma quilombola? Borges enuncia sobre como é ser uma quilombola num mundo racista, o qual foi forjado no escravismo negro. A autora evidencia que as quilombolas carregam sobre si este peso,

³ O termo interseccionalidade é proposto por Kimberlé Crenshaw pela primeira vez no texto *Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color*, publicado em 1991. O conceito é utilizado para demonstrar as imbricações ocorridas entre gênero, raça e classe, e como estes, podem influir sobre as mulheres negras.

especialmente por serem mulheres, logo, são vistas pela sociedade quase como não humanas, “insensíveis a dores e ao sentimento e capazes de aguentar tudo”.

Em dois poemas, um escrito por Rejane Maria de Oliveira, intitulado: Eu, mulher quilombola, e outro de Andreia Nazareno dos Santos, de título: Ser mulher quilombola, elas abordam, de forma didática, a força da coletividade da mulher quilombola, demonstrando, assim, a perseverança que as citadas mulheres têm.

Por fim, o poema: Como me vejo mulher quilombola, escrito por Nilce de Pontes Pereira dos Santos. A autora retrata o seu próprio quilombo exaltando a relação que os elementos da natureza como: o fogo, a água e a terra exercem com a coletividade, com o território e com o modo de existir. Toda essa relação com os elementos da natureza concentra uma “ligação entre os elementos e a ancestralidade quilombola”.

Portanto, a obra analisada, escrita por mulheres quilombolas, versa sobre as diferentes formas de opressão que existem contra as mulheres, sobretudo quilombolas, os quais se desdobram diante do cenário machista e preconceituoso em que vivemos. No entanto, as autoras evidenciam que, mesmo passando por estas opressões, as quilombolas possuem garra para lutarem pelos seus direitos, para se reunirem e manterem a coletividade territorial e existencial.

Recebido em 16/02/2023 – Aprovado em 18/04/2023